

RESUMOS DE PAINÉIS

A IMAGEM DO PROFESSOR NO CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Maria do Carmo de Oliveira Nogueira¹; Edna Aparecida Justino²; Maria Aparecida Lepre Jorge²; Mércia Regina de Oliveira Picanço²; Ozanir Santos de Oliveira²; Tânia Alexandre da Silva²

¹ Docente da UNIPAR;

² Acadêmicas do Curso de Pedagogia da UNIPAR - Sede

O perfil do educador nos dias de hoje, torna-se um tanto quanto preocupante, já que os pontos negativos que degradam e denigrem a imagem do professorado é resultante de um contexto historicamente criado por acontecimentos inertes às mãos de quem realmente tem interesse em encontrar soluções reais para o problema.

Nosso objetivo com esse estudo, está em demonstrar aos futuros acadêmicos e profissionais de educação que a carreira do magistério pode ser valorizada, se houver um comprometimento político e social na busca do resgate profissional do educador. Outrossim, nos preocupamos em discutir situações que geram o desânimo profissional do professor e por fim, apresentaremos situações de parcerias e co-responsabilidade do professor, equipe técnica-pedagógica e outros atores escolares, além dos legisladores, para efetivamente, promover a qualidade do processo ensino-aprendizagem e da carreira do magistério.

Para a realização deste trabalho, utilizamo-nos de estudos e reflexões de textos, análise de situações vivenciadas na prática de estágio supervisionado da disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, para posteriori construirmos e modificarmos nosso conhecimento e sugerirmos, através deste painel, pontos de inquietação para os possíveis leitores, acadêmicos, professores da pedagogia e áreas afins, como elemento de futuras discussões para a transformação da imagem do professor.

Segundo, Barriga, (1998, p. 5 - 17) optar por ser professor, não é uma profissão lucrativa, mas uma decisão, no entanto, é preciso ajudar os mesmos a manter o entusiasmo ao longo de sua trajetória profissional.

Muitos discursos, muitas promessas, mas nenhuma mudança significativa na esfera da educação brasileira, principalmente no que se refere às condições para a produção de ensino. Entra governo, sai governo e essas condições deterioram cada vez mais, aumentando os números de feridas no magistério e as dores do professorado.

É preciso urgentemente recuperar, não só a dignidade do professor, mas também sua saúde; lembrar seus direitos, deveres e capacidades. Muitas vezes, a escola busca obter resultados por caminhos já percorridos, e impede o professor de experimentar, isso mata o professor como profissional e como pessoa.

Uma pesquisa feita em Recife (PE) com professores da rede particular constatou que:

(...) 88% dos professores queixam-se de algum problema de saúde relacionado à profissão. As duas principais queixas apontadas por eles são dor de garganta e fadiga mental. Logo em seguida, vêm dores nas pernas, coriza e tosse. (...) Sobre as condições de trabalho, os entrevistados reclamaram do trabalho em pé (80%), da falta de programas de capacitação (69%) e da poeira do pó de giz (68%). A maioria das escolas não têm mesa nem cadeira para o professor. Se os professores quiserem fazer curso de aprimoramento, não são liberados das aulas e o custo fica por conta deles. (Vandeck Santiago, *Folha de São Paulo*).

Diante de toda essa turbulência de dificuldades, entende-se que a expectativa sobre o professor é provavelmente demarcada, em dois sentidos, segundo Pedro Demo (2000, p. 173):

(...) ou será herói e tendente a mago, porque precisa plantar uma competência popular tão exigente que sequer, ele mesmo, tem, e que talvez, possivelmente, possa ter que dizer que de sua competência depende a competência histórica popular, em termos de mudar os rumos da história, inclusive da economia, soa quase sarcástico e, mais, parece coisa de gente que vai tirar coelho da cartola -; ou será um bode expiatório, pois terá de pagar quase sozinho mais esta conta, ou seja, do fracasso da escola. Quando se lança o desafio de alfabetizar qualquer criança em um ano, de sobra, desde que o professor seja competente, pode também soar como interpelação severa e sobretudo injusta, porque, ao lado de amargar uma situação profissional geralmente muito deprimida, o docente teria de assumir, de antemão, condenação ao fracasso.

Outro fator relevante segundo o jornalista, Bruno Souza Leal, (1999, p. 68 - 75), o baixo nível-sócio-econômico-cultural da maioria dos alunos, causa desinteresse e apatia nos estudos, e a falta de estímulo dificulta o desenvolvimento do trabalho de forma dinâmica e eficaz.

É decisivo restabelecer a auto-estima do professor, recuperando a coragem de ser exemplo, não apenas aquela de dar aula. É fundamental que ele mostre e se mostre, para motivar no aluno a mesma aspiração emancipatória. A atual crise de motivação tem inúmeras causas, mas, uma delas está também no desestímulo que envolve o professor. Quando se é pouco competente e muito mal pago, é difícil buscar razões para gostar do que se faz.

Todavia, não está em jogo apenas o direito do professor, mas sobretudo o do aluno. Da escola deve exalar perguntas interessantes, ecoar desafios radicais, promover a criatividade, exalar qualidades, acenar para o futuro, plantar competência humana, e para isso, precisamos do professor em "ponto de bala".

Recriar o estímulo pela profissão é possível. É preciso lembrar do passado, onde a escola era o refúgio para a

aquisição do conhecimento, mas é claro, precisa-se também renová-la, modernizá-la, transformá-la em um ambiente onde professor e aluno possam reconstruir seus conhecimentos de acordo com a realidade do mundo. Usufruir dos conhecimentos do professor é dever do aluno. É dever do professor, como profissional que é, atualizar-se e renovar constantemente sua carga de conhecimentos, não só de conteúdos, mas de pessoas, ações, métodos.

De acordo com Reis, (1998, p. 76 – 81) se a escola estivesse voltada para a arte, teria uma função educativa mais efetiva. É preciso haver a liberação capaz de trazer a sensação de serenidade, o teatro é uma grande força de expressão quando se propõe a ser uma experiência única. Antes de desistir, vale a pena apostar em métodos para a reinvenção da vida.

Ao nosso ver, o apoio da comunidade é, portanto, fundamental para a superação da situação a qual o professor chegou hoje. Se queremos melhorar a qualidade de ensino, temos que interferir nesta realidade, desenvolvendo a contradição na direção que seja favorável à classe trabalhadora. Para isto, além de aproveitar o eventual apoio de setores progressistas e nacionalistas da classe dominante, devemos contar basicamente com a organização da sociedade civil, na luta por uma educação democrática e de qualidade.

Apesar da determinação social ser a mesma, encontramos hoje escolas e educadores com formas de trabalho e posturas bastante diferentes, isso reflete o grau de autonomia relativa que o sujeito tem em relação à sociedade e reforça a possibilidade de mudança.

Quanto maior o número de sujeitos empenhados na mesma transformação, maior a possibilidade de se alterar a realidade. É preciso que o professor se comprometa e busque, por exemplo, formar um coletivo, pequeno que seja, com outros educadores, desenvolver um trabalho alternativo em sala de aula, procurar reciclagem, construir grupos de estudo, enfim, procurar reciclagem, não se acomodar, não se demitir.

O professor é o coordenador do processo de ensino-aprendizagem. Deve assumir seu papel de agente histórico de transformação da realidade escolar, articulando-se à realidade social mais ampla.

O professor em uma sala de aula que apresente qualidade e democracia, utiliza-se do diálogo permanente com os alunos como seu instrumento especial de trabalho.

A conversa fácil e agradável faz parte da rotina didática estabelecida. Para tanto o mesmo desenvolve não só capacidades observacionais, como também um certo jeito de ouvir caloroso, atento e considerativo.

Sempre que necessita ou considera oportuno, o docente solicita ajuda e pede conselhos aos educandos, modificando sua ação e enriquecendo suas perspectivas de compreensão, dando voz aos alunos.

Agindo desta maneira, o professor distribui parcela de poder aos alunos e permite que eles se sintam importantes na escola. Nada substitui, como fator incentivador, as situações que contribuem positivamente para o aumento da auto-estima e o orgulho de pertencer a classe do magistério.

O professor democrático escolhe suas metodologias de ensino considerando que precisa satisfazer as necessidades dos alunos de aprenderem juntos. Portanto, seus métodos de ensino-aprendizagem baseiam-se em formas de trabalho cooperativa, através das quais os estudantes se transformam

nos agentes principais, nos primeiros responsáveis pelo próprio desenvolvimento.

Considerações Finais

Compreendemos que os professores são agentes primários e decisivos no processo de formação dos alunos, para a vida e para o futuro de qualquer país. Embora o sistema educacional atual não o reconheça em sua prática e em sua importância e, os relegou a uma posição de marginalidade no contexto da política do setor.

O desafio dos professores é e sempre será: informar bem, com grande responsabilidade: influir no desenvolvimento dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania com liberdade e responsabilidade. De fato, os professores não ensinam apenas por palavras, mas também por suas atitudes, por seus hábitos, por seus valores e pela sua maneira de ser, julgar e agir. E é com este exemplo, que convence, motiva e anima seus alunos. Os professores devem se preocupar, em ser ou servir de modelo para seus alunos.

No entanto, é necessário um treinamento continuado e uma visão mais abrangente do papel do professor no cumprimento de sua missão na escola. É neste trabalho de transformação em busca da qualidade que os mesmos redescobrirão a alegria de sua profissão e se sentirão realizados como líderes e facilitadores do processo de produção do conhecimento que dá ao homem sua verdadeira dimensão e, com a possibilidade de serem valorizados pelos administradores públicos, com certeza o cenário educacional se modificará para melhor.

Este estudo não se esgota em si mesmo, se faz necessário que a classe dos educadores, administradores, acadêmicos, futuros profissionais mantenham acesa a possibilidade de mudanças no cenário educacional buscando constantemente, através de discussões, soluções e propostas para uma nova imagem do professor na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BARRIGA, Ángel Díaz. **Professor: nem bandido nem herói.** Revista Presença Pedagógica. mar/abr/1998. p. 5-17.

LEAL, Bruno Souza. **Para onde os professores querem ir?** Revista Presença Pedagógica, jan/fev/1999. p. 68-75.

REIS, Roberto Alves. **Aula, que absurdo?** Revista Presença Pedagógica, nov/dez/1998. p. 76-81.

SOUZA, Solange Jobim; NETO, Miguel Farah. **A tirania da imagem na educação.** Revista Presença Pedagógica, jul/ag/1998. p. 29-33.

ZAIDAN, Samira; PEREIRA, Julio Emílio Diniz. **A quem cabe formar o novo professor da educação básica.** Revista Presença Pedagógica, mar/abr/1998. p. 89-92.

DEMO, Pedro. **Ao professor escrito por Cristiane Hay.** 2000, p. 173.

FOLHA DE SÃO PAULO. www.geositis.com/prometeus, 13/10/2003, 20h30min.

APM E CONSELHO ESCOLAR : PARCEIROS NA CONTRUÇÃO DA ESCOLA

Ana Carolina Andrade Caobianco²; Cristiane Sevilha
Buzeli²; Daline Bortoloto Ferrari²;
Lucimar Rosa Cirino Timoteo²; Maria do Carmo de
Oliveira Nogueira¹;
Sandra Maria de Azevedo Soares²;
Vanessa Lopes Fernandes²

¹ Docente da Unipar

² Acadêmicos do Curso de Pedagogia da Unipar

A escola não é um simples “negócio”, ou seja, ela possui características que a diferenciam de qualquer outra empresa indústria, comércio e também de outros serviços. O fator que a diferencia como uma empresa é a possibilidade de ser uma agência formadora de cidadãos, portanto, para que a mesma possa desenvolver seu objetivo com qualidade se faz necessário apoio administrativo para ampliação do seu espaço físico para atender e permitir o acesso de crianças e jovens que ainda se encontra fora dela, possibilita ainda, com apoio da sociedade capacitação permanente dos professores e profissionais da educação no sentido de melhorar a qualidade profissional (método,técnico), pois hoje as crianças vem com uma linguagem globalizada de mundo. Na verdade, a escola visa desenvolver a habilidade do estudante para pensar, raciocinar, ler, falar, escrever e resolver problemas.

No entanto, a qualidade da escola, só será garantida se houver a participação de todos os envolvidos: pais, professores, alunos e comunidade. Os pais deverão apoiar o esforço da escola, os professores deverão trabalhar mais efetivamente e os alunos deverão executar a parte que lhes cabe no processo de aquisição das habilidades de que necessitam para serem os cidadãos que a sociedade requer.

Os autores educacionais devem ser “parceiros” de uma mesma empreitada, sabendo que a omissão de quem quer que seja afetará o trabalho de todos. Colaboração e espírito de equipe são conceitos-chave, como a inovação e a busca da melhoria continuada. Portanto, o presente artigo vem ressaltar a importância dessas parceiras para a melhoria da escola em nosso país.

Temos como objetivo, na realização desse estudo levar a diante a importância e as funções da APM e Conselho Escolar a todos acadêmicos da área educacional envolvida.

Fazer com que os acadêmicos que futuramente estarão nas escolas possam resgatar o papel social ao qual escola APM e Conselho Escolar e comunidade devem estar comprometidas. Assim, pretendemos discutir as funções da APM e Conselho Escolar dentro do contexto educacional brasileiro em transformação.

Segundo Pitz (2002, p. 8 - 9), para se fazer uma parceria é preciso buscar profissionais de fora da escola, e trazê-las para dentro do ambiente escolar. Mas, é exatamente isto que assusta, aos administradores da educação, a insegurança em trazer os pais a participarem da realidade da escola, exige planejamento, compreensão plena de cada função exercida dentro deste meio escolar, para que os colaboradores tenham clareza da sua parceira, participação e

atuação. No entanto é de extrema importância que comecemos a buscar possibilidades de inovações metodológica e deixemos de procurar o culpado pelos problemas do processo educacional brasileiro.

Com relação ao corpo docente, os mesmos precisam conscientizar-se que são peças fundamentais neste jogo prazeroso de inter-relação professor-aluno-escola.

Apesar da resistência em relação as parcerias na área educacional, com certeza a grande parceira de muitas escolas ainda é a APM (Associação de Pais e Mestres), mas, no entanto, a mesma funciona apenas como “mola financeira”, na realização de projetos, palestras e uma série de atividades pedagógicas, onde é necessário contar com o seu poder de decisão.

É por isto que a escola, precisa se preocupar-se mais com o envolvimento da sua comunidade alunos no sentido de torná-los mais responsáveis pelos resultados do processo de ensino-aprendizagem que são submetidos.

Portanto, é preciso refletir sobre o verdadeiro papel da escola e suas parcerias, que muitas vezes, buscam apenas os recursos financeiros e, esquecem do principal objetivo que é a formação de cidadãos conscientes e participativos na sociedade atual. O grande desafio da escola é atender as necessidades dos alunos em um mundo em constante mudança e que exige sempre novos caminhos e técnicas para a solução dos problemas. De qualquer maneira, a escola precisa revitalizar, redescobrir sua missão, redefinindo seus objetivos, redesenhando seus processos, reavaliando seus resultados e redescobrir e reafirmando seus grandes valores.

Pesquisas realizadas por Casagrande (2002, p. 8 -11) afirmam que, enquanto o governo, sindicatos, dirigentes e professores ficarem jogando de um para o outro a “batata quente”, chamada educação, não será possível a melhoria da qualidade do ensino brasileiro. Pois, a escola é dominada por um sindicato, que tenta de todas as formas boicotar os planos do governo, colocando os professores e comunidade em situação de discórdia. Os professores sentem-se constrangidos em apoiar determinadas ações do governo, mesmo acreditando nelas, com isso torna-se difícil o desenvolvimento de um projeto governamental, globalizado onde os principais agentes de transformação estão desacreditados.

Na maioria das vezes, a escola tenta explicar o seu fracasso, como sendo culpa do governo. Mas, enquanto não houver uma conscientização de que o diretor precisa adotar um comportamento de liderança frente a sua comunidade escolar, e ao invés de ficar justificando seus erros, colocando a culpa no governo deveria, buscar junto a comunidade soluções para a melhoria do sistema educacional, se isso não ocorrer a educação continuará em decadência.

Outro ponto relevante, da pesquisa realizada, pelo autor é que os pais ainda não têm consciência do papel que podem desempenhar junto a melhoria da qualidade da educação dos seus filhos. No entanto, os professores precisam sentir-se motivados, para despertar nos pais esse espírito de participação. Muito embora, os professores sintam receio de expor sua ação pedagógica, fecham-se na realização de suas atividades, não dando espaço aos pais para conhecerem os verdadeiros problemas que afetam a escola e seus filhos quando deveriam se envolver principalmente, por meio das Associações de Pais e Mestres – APM. e dos Conselhos Escolares, proposta pelo Estado. Apesar de ambas (família,

escola e APM) não saberem o grande poder de decisão que tem em mãos. A valorização do exercício do magistério perpassa pela própria valorização do professor profissional da educação, modificando conceito do passado no sentido de transformar o professor como um missionário vocacionado que realiza seu trabalho de maneira voluntariosa. Dessa forma entra o trabalho da APM e do Conselho Escolar possibilitando demonstrar a importância e a inserção do professor na sociedade, transformando suas falas queixosas em relação a crise do ensino e aos baixos salários, em uma tarefa de motivação e uma elevação da sua auto-estima, pela melhoria de sua qualidade profissional proporcionando-lhes estudos, recursos, materiais, financeiros adequados a o bom andamento ao processo de ensino.

O governo precisa conhecer a cultura organizacional instaurada nas escolas públicas se desejar realmente promover mudanças significativas na educação pública do Estado. Os valores identificados não parecem contribuir para o rompimento de paradigmas que hoje servem de entrave para a melhoria significativa da qualidade de ensino. É preciso antes de tudo, resgatar a auto-estima dos professores, para que estes, como agentes principais do processo educacional, possam encampar a luta pela educação pública e de qualidade no país. (Casagrande, 2002, p. 11).

A qualidade na escola não é um negócio, é um processo desenvolvido por e para pessoas em benefício de toda a sociedade. Ela constrói o espírito humano, fortalece os vínculos entre as pessoas e expande a mente de cada participante desse processo.

Para Ribas Jr. (1999, p.12-15), mesmo com a melhoria alcançada nos últimos anos, a situação da educação básica brasileira continua crítica. Segundo dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB - do Ministério da Educação, em 1990, a taxa de sucesso no ensino fundamental girava em torno de 20% - de cada 100 alunos que ingressavam na primeira série, apenas 20 concluíam a oitava série, 95% das crianças brasileiras tem acesso à escola de primeiro grau, embora existam desigualdades entre as regiões, no entanto, é preciso garantir a permanência e o sucesso das crianças na escola, mas isso só ocorrerá com a melhoria na qualidade do ensino.

É de extrema importância que exista uma liderança que traduza a existência de um compromisso claro na escola com a aprendizagem dos seus alunos, para que se possa obter o resultado que tanto almejamos.

Em relação ao Conselho Escolar podemos afirmar que sua implantação representa um avanço na melhoria do clima organizacional da escola e na busca da autonomia. Como em qualquer organização, o resultado na escola depende do esforço integrado e da colaboração das muitas pessoas que estão envolvidas no processo de produção do conhecimento e dos que possuem os recursos necessários. Como qualquer outra organização, a escola regula o comportamento dos alunos, prevê material, padroniza as expectativas dos pais, homogeneiza as estratégias instrucionais e uniformiza os procedimentos operacionais.

As escolas precisam acreditar no futuro e antecipá-lo

através de planejamento estratégico consistente. As pessoas têm um potencial incrível, basta estarem dispostas a se superarem e melhorarem o processo em que estão agindo.

A escola de qualidade é aquela que não existe para si mesma, mas para todos os envolvidos no processo educacional.

Considerações finais

Neste estudo, concluímos que se houve um comprometimento pessoal e social em relação aos espaços escolar e as atividades que lá se desenvolvem, junto a APM e Conselho Escolar, haverá conseguinte uma melhoria da qualidade da educação.

Formar cidadãos críticos, reflexivo e consciente de seus direitos e deveres é objetivo primaz da escola, e dos professores, mas para que isso realmente ocorra, estes profissionais devem ser valorizados diante da família e de toda sociedade.

Este assunto não se esgota por si, pois a educação deve ser conduzida a oito mãos, família-escola-governo-sociedade devem estar integrada na busca de sua qualidade, dessa forma, deixamos espaço para que outras pessoas interessada com problemas da educação brasileira, possam dar continuidade a essas discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASAGRANDE, Renato José. Estudo revela contradições entre os principais atores e agentes ligados à escola. **Revista Gestão em Rede, p. 8-11, mar/2002.**

MENEZES, João Gualberto de Carvalho et. alli. **Estrutura e funcionamento da educação básica.** São Paulo: Pioneira, 1998.

RIBAS JR., Fábio Barbosa. Caminhos da parceria público-privado na escola. **Revista Gestão em Rede, p. 12-15, mar/abril.1999.**

PITZ, Ivo. **Pequenas Reflexões sobre parcerias na escola.** Gestão em Rede, p.8-9, maio 2002.

EDUCAÇÃO ESPECIAL : PASSADO E PRESENTE, O QUE MUDOU COM A NOVA LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES n.º 9394/96

Maria do Carmo de Oliveira Nogueira¹; Andrea Mochiutti Girardi²; Cristiane Fabiano da Silva²; Joelma Aparecida dos Santos²; Lúcia Margarete Barzague²; Sara Cristina Bordim Crespo²;

¹ Docente da UNIPAR

² Acadêmicas do Curso de Pedagogia da UNIPAR - Sede

No presente estudo, fica definido como uma modalidade de a Educação Especial que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos,

substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferente da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de “excepcionais”, são justamente aqueles que hoje, tem sido chamados de “alunos com necessidades educacionais especiais”. Entende-se que tais necessidades educacionais especiais, decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida.

No entanto, a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de necessidades especiais é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de “deficiências” podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais.

Nosso objetivo com este estudo é, demonstrar os direitos destes cidadãos e identificar possibilidades de sua inclusão na sociedade.

Nesta caminhada, faremos uma análise dos artigos da nova LDB nº9394/96, referente a educação especial, trazendo à tona a forma como este tema e estes portadores eram vistos no passado, seguindo de uma discussão acentuando as referências desta legislação, onde foi dedicado um capítulo especial.

Nossa proposta é levar o tema à possibilidade de novas discussões para conscientização dos acadêmicos do curso de Pedagogia, outros de áreas afins, docentes e cidadãos em relação a integração plena dos portadores de necessidades especiais na sociedade.

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início no Brasil, na década de cinquenta do século passado, quando o governo instituiu campanhas específicas para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, visual e mental. Foi neste período que a educação especial apareceu na política educacional brasileira.

No início as pessoas com deficiência eram discriminadas, não eram vistas como seres humanos e nem como “filhos de Deus”, mas com o passar dos anos esses conceitos foram sendo revistos e começou a surgir escolas específicas para atendimento a essas crianças. A princípio, eram atendidos apenas as pessoas com deficiência visual, depois, este atendimento foi estendido aos portadores de deficiência auditiva, somente mais tarde, abrangeu todas as outras áreas de deficiência (mental e física).

O exercício de viabilização da Educação Especial reveste-se pelo processo de socialização e escolarização da pessoa deficiente, e se mostra relevante em associação com outros agentes sociais, com os quais deverá estar em constante integração. Portanto, a nova LDB, tem as características básicas de flexibilidade, de abertura, e de algumas inovações, dentre outros aspectos que a caracterizam, são dignos de registro, inclusive pensando no alunado da educação especial:

A progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (Art. 4º, inciso II); a criação pelo poder público, de formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior; (Art. 5º, inciso III, § 5º e item “c” do inciso II do Art. 24º e Art. 42º); o estabelecimento, pela União, em colaboração com os Estados, com o Distrito Federal e os Municípios, de

competências e de diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum (Art. 9º, inciso IV); assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino (inciso VI do Art. 9º, ratificando o compromisso com a avaliação, em outros incisos como o VIII, desse artigo e, ainda no Art. 24º, inciso V, item “a” e Art. 36º, inciso II); a incumbência delegada aos sistemas de ensino para elaborar e executar sua proposta pedagógica (inciso I dos Art. 12º, Art. 14º e Art. 15º); a preocupação com o tempo de permanência do aluno na escola, timidamente expressa no Art. 3º e bem mais claramente no § 5º do Art. 87º, ainda que como Disposições Transitórias; a multiplicidade de alternativas para a formação de docentes que atuarão na educação básica, com ênfase para os institutos superiores de educação e para programas de formação continuada (Art. 62º e Art. 63º, com seus incisos); a valorização dos profissionais da educação assegurando-lhes aprimoramento profissional, condições mais adequadas de trabalho e piso salarial dignos (Art. 67º e seus incisos) e incentivo, pelo poder público, para o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância (Art. 80º, seus parágrafos e incisos).

Todas as citações acima revelam o espírito “arejado” da nova LDB, são de maior importância para a educação escolar de alunos com necessidades especiais merecendo, entretanto, alguns cuidados na sua interpretação e implementação.

Para sanar as dificuldades, uma escola de tempo integral é um ideal a perseguir, principalmente nos dias de hoje, em que tantas crianças estão em condições de abandono, por suas famílias.

O cuidado é não tornar as escolas, verdadeiros “depósitos” de crianças, para que os pais fiquem mais tranquilos enquanto trabalham ou para, apenas, tirá-las das ruas. A escola não é “abrigo”, mas um dos espaços sociais de mediação para o desenvolvimento integral dos educandos. Além do saber, cabe à escola desenvolver a crítica e a reflexão.

Para alunos com necessidades especiais, principalmente, é recomendável que entrem na escola o mais cedo possível e que suas famílias sejam orientadas em como colaborar para sua educação precoce e sua socialização.

O atendimento educacional mediante a integração escolar, princípio doutrinário e filosófico perseguido pelo ministério da Educação (MEC), constitui um valiosíssimo componente de um processo de integração social maior, fazendo deferência ao portador de necessidades especiais em reconhecimento as suas condições pessoais e outras potencialidades, tentando igualá-lo aos demais no gozo de uma vida tão normal quanto possível sem perder o direito de ser diferente.

Portanto, o tempo de permanência na escola deve incluir as atenções diferenciadas de que necessitam, segundo as dificuldades de cada um. Trata-se de oferecer, sempre, o apoio pedagógico específico e que deve ser planejado para além do tempo destinado à escolarização propriamente dita.

Finalizando, cabe reafirmar que a presença da educação especial na nova LDB, recebeu

Um trato qualitativo e se mostrou benéfico, pois poderá trazer frutos cada vez mais positivos à essa parcela da sociedade, se a educação especial for entendida como um conjunto de recursos à disposição da educação escolar e ao ensino público.

A Educação Especial constitui parte integrante da educação comum e tem um propósito eminentemente integrador, pois visa atender ao princípio de que “a educação é um direito de todos”. Todos têm condições de aprender: portanto se faz necessário oportunizar os meios para que isso aconteça e para que a educação nos leve a uma nova compreensão do ser humano, tornando-o íntegro e ajustado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a melhoria do ensino de crianças com deficiências, é fundamental que sejam claramente definidas a extensão e as limitações do papel da escola e dos serviços para esses alunos, a fim de que a escola execute adequadamente aqueles serviços pelos quais é responsável.

Por outro lado, um conjunto de indicações, de instruções coerentes e precisas se faz necessário para permitir que as ações educativas, em situações comuns ou especiais, se desenvolvam de modo a preservar a organicidade e coerência que caracterizam um sistema escolar e ao mesmo tempo assegurar ao professor as condições necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho, de tal modo que o seu papel de educador não seja diminuído.

Ao educador não cabe o papel de mero executor de currículos e programas pré-determinados, mas sim, de alguém que tem condições de interagir com seus alunos e juntos escolherem atividades, conteúdos, ou experiências fundamentais a serem transmitidas, levando em consideração seus alunos e seus níveis sócio, afetivo-emocional, econômico e cultural.

Finalmente, após termos discorrido sobre o tema da Educação Especial, suas transformações e, legislações norteadoras abrimos neste estudo, possibilidades de novas discussões por parte dos acadêmicos, futuros educadores, docentes e sociedade em geral, para que se apropriem de tal conhecimento no sentido de assumirem as transformações necessárias para que a inclusão dos portadores de necessidades especiais não seja mais um modismo político educacional, mas que, se constitua numa realidade promotora de cidadãos conscientes e comprometidos com a inclusão no processo educacional.

BIBLIOGRAFIA

- CANZIANI, Maria de Lourdes. **Plano Nacional de Educação Especial**. In: Mensagem da APAE. Abr/Jun/ 1989, p. 38 - 43.
- CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- GALVÃO, Rômulo. **Visão sistêmica da Educação Especial: a Educação Especial no Plano Nacional de Educação Integração do excepcional**. In: Mensagem da APE. Jul/Set./ 1989, p. 23 - 24.
- MAZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 3. ED. São Paulo: Cortez, 2001.

..... **Educação Escolar: comum ou especial**. São Paulo: Pinoneira, 1987.

PRATA, Marcelo Rodrigues. **O Ministério Público na defesa do deficiente**. In: Mensagem da APAE - Jul/Set/ 1993, p. 5- 11.

OS HORIZONTES LÚDICOS DA AVALIAÇÃO CRÍTICO-REPRESENTATIVA

Nelson Luiz Posseti¹; Reginaldo César PINHEIRO²;
Aparecida de Fátima Ribeiro³;
Darlene Clarice Pawlowski Schoch³;
Nelci Stedile Mendes³; Derenice Silva Fontoura³;
Daline Bortoloto Ferrari³

¹ Professor da Universidade Paranaense – UNIPAR;

² Bacharel em Direito. Pós-Graduando em Docência do Ensino Superior pela UNIPAR;

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense - UNIPAR

Para a *regulação* do processo ensino-aprendizagem requer-se gerir a progressão das aprendizagens, proporcionando *balanços* periódicos das aquisições dos educandos. Isto é essencial para que as decisões de aprovação ou de orientação necessárias sejam feitas *durante* o processo e com caráter formativo. Os balanços possíveis, principalmente quando se requer o comportamento crítico-representativo do aluno, devem confirmar se o ensino e a aprendizagem necessitam de aprimoramentos, e portanto, mister se faz uma observação contínua de comportamentos manifestados de forma explícita pelos mesmos, uma vez que como diz Perrenoud (2000, p. 49) “nada substitui a observação dos alunos no trabalho, quando se quer conhecer suas competências”. Todavia, não basta apenas observá-los, visando identificar claramente suas aquisições e modos de aprendizagem; é importante saber determinar e interpretar os momentos significativos que em *pequenos toques* contribuem para se estabelecer um Quadro de Referências do aluno às voltas com as diversas tarefas e a maneira com que – sobre as mesmas – age, raciocina, reflete e conseqüentemente aprende. O professor que manifesta interesse em ampliar o trabalho de observação e de interpretação proporcional à situação singular do aluno, via lógica avaliadora diferenciada (como por exemplo, a verificação da capacidade crítico-representativa), pode apostar, com certeza, em tecnologias, dispositivos didáticos interativos, caracterizados por atividades lúdicas, o que lhe permite realizar um grande número de observações. Assim, muitas das aprendizagens podem ser melhor observadas e conseqüentemente mensuradas quando se proporciona ao aluno condições de manifestação interpretativa, o que pode ser demonstrado através de dramatizações, tarefas livres, esquetes, cantigas, jograis, e portanto, representativas. Neste âmbito, o *olhar do professor* constitui-se numa das alternativas, embora sistematizada, muito criativa, no sentido da captação das manifestações acerca de como o aluno concebe sua crítica sobre um determinado fenômeno e/ou conteúdo trabalhado pelo professor. Para melhor

entendimento, afirma Davantel (2000, p. 86) que “a concepção de uma escola democrática, onde os alunos, sujeitos do seu discurso, num processo de interação verbal, apropriam-se da contra-palavra e se firmam como sujeitos, seja produzindo discursos com determinada intenção, ou interpretando-os de forma adequada a situação.” Entende-se, pois, que neste processo de interação ocorre a simbiose entre sujeitos historicamente situados que, por intermédio da linguagem, apropriam-se e evidenciam, representativamente a interpretação crítica realizada sobre o fato. Por conseguinte, cabe a escola contemporânea oportunizar aos alunos, além do desenvolvimento da linguagem oral e escrita, nas suas mais diversas aplicabilidades, a *chance* de poderem expor o seu *eu*, e conseqüentemente, expressar o *quê*, *aquilo* e o *como* entenderam determinados fatos e/ou informações. Estes aspectos, então, implicam em repensar o fato de que hoje em dia os alunos *são desinteressados, não querem nada com os estudos, que é necessário uma conversa “ao pé da orelha”*. Para que haja a apropriação real do discurso formativo e informativo é necessário fazer do aluno o sujeito do conhecimento, o senhor da sua história, aquele que cria expectativas em relação ao professor e ao ambiente educativo. Portanto, o objetivo básico deste painel é demonstrar que nós, os professores, temos que desmitificar o paradigma do “todo poderoso”, daquele a quem cabe como dono do saber, moldar os comportamentos e a personalidade dos alunos. Visto ser o aluno, hoje em dia, maior conhecedor de seus direitos, tem ele uma noção melhor de seu lugar no processo, e conseqüentemente, o conhecimento que detém e a sua bagagem vivencial o faz compreender melhor o mundo que o cerca, e portanto, começa a perceber que é detentor de uma nova escuta e um novo olhar, o que lhe proporciona condições de expressar-se melhor, ter uma leitura mais inteligente e a competente expressão do pensamento. Com isto, busca através da palavra, transmitir de forma mais expressiva, portanto representativa, a informação que consegue elaborar através de sua visão crítica de mundo, das relações, aprendizagens, etc. Concluindo, a partir destas reflexões, há de se pensar em alguns novos procedimentos de avaliação que possam concorrer para o desvelamento de novos caminhos perceptivos das manifestações de aprendizagens dos alunos. Um deles pode ser tentado via atividades caracterizadas pela ludicidade, afinal, se é possível avaliar o aluno através de observações apuradas sobre aquilo que consegue expressar de forma representativa, a partir da análise crítica realizada anteriormente, isto pode concorrer sobremaneira, para a quebra de paradigmas que até hoje nortearam as avaliações tradicionais. Experiências nesse sentido, realizadas na turma da 2.ª Série do Curso de Pedagogia, habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental, da Universidade Paranaense, têm demonstrado, de forma concreta, tal possibilidade. Estudos mais profundos devem ser realizados e portanto, sistematizados e apresentados à comunidade acadêmica como evidência de que há *novos caminhos* a serem percorridos no sentido de uma nova cultura de avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DEVANTELL, Maria de Fátima. Buscando caminhos a integração do ser ao saber. In: **OLHAR de professor**. Ponta Grossa: UEPG, 2000.

O MÉTODO PAULO FREIRE

Rosângela Bressan Buosi¹;
Cláudia Regina Cavalcante²; Eliana Soares Cerci²;
Sandra Regina Orlandini²; Sílvia Almeida Mesquita²

Docente de Pedagogia – UNIPAR¹;
Acadêmicas do Curso de Pedagogia² - UNIPAR

O presente projeto foi elaborado pelas acadêmicas do 3º ano de pedagogia.

Tem como finalidade resgatar a criação da concepção de educação e consolidar um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea, rompendo radicalmente com a educação elitista e comprometendo-se verdadeiramente com homens e mulheres.

Assim sendo, seu pensamento e sua obra é, e continuará sendo, um marco na pedagogia nacional e internacional. Ao longo de sua militância educacional, social e política, Freire jamais deixou de lutar pela superação da opressão e desigualdades sociais entendendo que um dos fatores determinantes para que ela se dê é o desenvolvimento da consciência crítica através da consciência histórica.

O objetivo deste trabalho é contribuir para a formação de uma sociedade democrática e libertadora; conscientizar sobre as desigualdades sociais; transformar uma visão ingênua em uma nova visão “crítica”, reconstruindo sua história.

O método Paulo Freire tem como objetivo a educação como prática da liberdade, onde o homem constitui e conquista, historicamente a sua própria forma.

O educador existência seu pensamento numa pedagogia em que ensinar não se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível.

A realidade opressiva é experimentada como um processo passível de superação. A educação para a libertação deve desembocar na práxis transformadora, ato do educando, como sujeito, organizado coletivamente.

Não adianta um discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças.

Quando este educando trata-se de um ser adulto que por motivos pessoais deixou de concluir seus estudos dentro do tempo destinados à eles, a educação passa a ser um meio de capacitação, igualdade, solidariedade e respeito às classes que deixaram de estudar para ajudarem o país à crescer, ou seja, enquanto a educação estava voltada para a formação de pessoas que pudessem mandar no país, àqueles que precisavam trabalhar para sustentar a si e a sua família viviam no mundo da ignorância e do descaso diante dos olhos superiores.

Podemos constatar que o educador Paulo Freire causou um grande impacto nesta educação, proporcionando mudanças no modo de agir e de pensar dos educandos, trabalhando com sua realidade e valorizando seus conhecimentos.

Neste trabalho concluímos que a proposta de utilização dessa metodologia na alfabetização de jovens e adultos foi

inovadora e diferente pôr possibilitar uma aprendizagem libertadora, não mecânica.

O método Paulo Freire continua vivo e em evolução, porém à necessidade de recriação constante em toda e qualquer prática educativa, inclusive no método em questão.

BIBLIOGRAFIA

ANDREOLA, Balduino Antonio. (1984). Contribuição da pedagogia de Paulo Freire para o diálogo intercultural. Educação e Realidade, São Paulo, mai./ago.

BEISIEGEL, Celso de Rui. (1979). Cultura do povo e educação popular. Revista da Fac. de Educação da USP. São Paulo.

(1982). Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Ensaios 85. São Paulo, Ática.

(1981). O que é Método Paulo Freire. 18 ed. São Paulo, Brasiliense

PROARC – PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO PARA RESGATE DA CIDADANIA ALFABETIZAR E INCLUIR

Rosângela Bressan Buosi¹; Sandra Silveira Urbano²;
Loide Olinger Cachone Farias²

¹Docente da Universidade Paranaense –UNIPAR;

²Acadêmicas do Curso de Pedagogia da Universidade Paranaense - UNIPAR

PROARC – Projeto de Alfabetização e Recuperação da Cidadania. Idealizado pela Reitoria da Universidade Paranaense-UNIPAR, vem de encontro ao pedido feito pelo atual Ministro da Educação Cristovam Buarque para que as Universidades se mobilizassem a fim de ajudar a erradicar o analfabetismo do Brasil. Envolve os alunos, matriculados nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 no primeiro ano do curso de Pedagogia. Lançado oficialmente em solenidade presidida pelo Magnífico Reitor Candido Garcia no dia 29 de abril de 2006, teve como convidado especial o Secretário de Estado da Educação professor Maurício Requião, que apóia na íntegra o projeto. O principal objetivo do projeto é diminuir os índices do analfabetismo em Umuarama e região. Colaborar com a campanha lançada pelo atual Ministro da Educação para erradicar o analfabetismo do Brasil. Trabalhar não apenas com a alfabetização, mas com o desenvolvimento do pensamento reflexivo, privilegiando a aprendizagem de atitudes e de valores de forma que os alunos adquiram as competências necessárias para participarem de discussões democráticas e busquem o bem-estar comum pelo exercício da cidadania plena. A atuação no projeto é dos Acadêmicos do Curso de Pedagogia dos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, da Universidade Paranaense – UNIPAR. Campus de Umuarama, Cianorte, Guaira e Toledo no Estado do Paraná. Adultos não alfabetizados residentes nessas cidades e regiões circunvizinhas. O PROARC foi lançado como projeto piloto em fevereiro de 2003 no Campus de Umuarama com 80 acadêmicos do primeiro ano do Curso de Pedagogia. Todos recebem bolsa/incentivo da UNIPAR que reduz o valor da

mensalidade do curso para R\$ 90,00/mês. Além do currículo básico das disciplinas específicas do curso, recebem 60/h ano de treinamento para o trabalho com alfabetização e apoio pedagógico. Aos acadêmicos compete, arrebatar os adultos e viabilizar um local para alfabetização perto das residências dos alunos. O trabalho visa capacitar os adultos principalmente no domínio dos instrumentos da cultura letrada, na resolução de problemas e na autonomia da aprendizagem contínua. A Universidade Paranaense – UNIPAR mantém o projeto com recursos próprios e estima que até o final de 2006 terá investido aproximadamente R\$ 1.600.000,00, na alfabetização estimada de 50.000 alfabetizandos. O projeto divide-se em duas fases. A primeira consiste em recuperar a auto-estima e auto-confiança dos alunos, valorizando as experiências e a história de vida de cada um, pois as experiências passadas de fracasso e/ou exclusão do sistema escolar produzem em muitos jovens e adultos uma auto-imagem negativa. Nessa fase ainda é feito o levantamento dos conhecimentos prévios desses adultos sobre o mundo letrado, bem como, dos conhecimentos que adquiriram em sua breve passagem pela escola e/ou na realização de atividades cotidianas. É trabalhado, concomitantemente, o aprendizado da leitura e da escrita, das operações matemáticas básicas e dos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade que compõem as disciplinas curriculares. A segunda fase do projeto envolve outros cursos da Universidade, como: Psicologia, Administração e Sistemas de Informação onde, alfabetizadores e alfabetizandos têm treinamento com palestras, oficinas, atendimento de grupos e outras atividades, com o objetivo de informá-los, orientá-los e auxiliá-los para uma melhor qualidade de vida, convivência em família, relação interpessoal, inclusão digital, economia doméstica, oportunidades do mercado de trabalho. O Projeto teve início com a divulgação em igrejas, comunidades de bairros, carros de som nas ruas e visitas às casas. Recebemos incentivos das comunidades de bairro, de escolas públicas estaduais e municipais, de entidades assistenciais e de igrejas católicas e evangélicas que cedem o espaço para alfabetização dos adultos, também, do comércio com materiais escolares para os alunos que não podiam comprá-los e de médicos oftalmologistas que realizaram exames de vista em pessoas necessitadas. No início tivemos dificuldades com o arrebatar dos alunos alfabetizandos: uns não queriam a escolarização, outros trabalhavam a semana toda e no dia combinado estavam muito cansados, muitos preencheram as fichas de inscrição e não compareceram nos locais combinados para o trabalho. Outro desafio foi iniciar o trabalho com adultos pautando-nos na Psicogênese da Língua Escrita, os adultos não queriam escrever textos e muito menos com letra em caixa alta, eles queriam a cartilha. Entendemos que esse era o modelo de aprendizagem que tinham e precisávamos respeitá-los, optamos em trabalhar com o método Paulo Freire e com alguns exercícios mais tradicionais. Contamos hoje com 75 alfabetizadores e 482 alfabetizandos participantes do projeto. O trabalho nos traz grande satisfação, principalmente quando ouvimos “*eu fui no posto de saúde e a moça mandou eu carimbar o dedo, e eu disse: agora eu não preciso mais sujar o dedo, agora eu já sei assinar meu nome*”.

BIOGRAFIA DE PAULO FREIRE

Isabelle Peripolli¹; Luiza Maria Pagani¹; Marta Borges dos Santos Faxina¹; Roselaine Beatriz Dalla Vecchia Peripolli¹; Sara Cristiane Mattei¹; Valti Aparecida Alves Hungaro¹;

¹Acadêmicas do 3º ano de Pedagogia – UNIPAR

Este trabalho relata a biografia de PAULO FREIRE, mostrando de forma simples e objetiva o perfil de um educador que não temia suas próprias dúvidas, e que estava em constante busca por uma prática pedagógica que desse suporte a todos outros educadores, que assim como ele acreditava no compromisso de educar e aprender.

Levando-se em conta a importância do educador Paulo Reglus Neves Freire nacional e internacional, torna-se relevante conhecer um pouco mais sobre sua vida. No seu trabalho como educador, Paulo Freire procurou dar àqueles que não tiveram acesso à escolaridade uma chance de aprender a ler e a escrever.

Coletar informações sobre o educador Paulo Freire, onde sua vida, seus pensamentos e suas obras se juntam, abordando a realidade e a ação, fazendo do ato de educar, um ato essencialmente social.

Os dados aqui apresentados foram colhidos na rede mundial de computadores e através de pesquisas bibliográficas. Nascido no Recife em 19 de setembro de 1921, iniciou seu trabalho com alfabetização no final da década de 40 e continuou até 1964, quando após o golpe e a tomada do poder pelos militares, é acusado de ser comunista e obrigado de deixar o país.

É importante mencionar que na América do sul, Europa, África, América do Norte e Central, suas idéias revolucionaram o pensamento universal, estimulando a prática educativa de movimentos e organizações de diversas naturezas. Três filosofias marcaram sucessivamente a obra de Paulo Freire: o existencialismo, a fenomenologia e o marxismo sem no entanto adotar uma postura ortodoxa.

O educador foi homenageado em muitas cidades brasileiras, e em diversos países recebendo títulos e medalhas pelo o desempenho e pela amplitude que atingiu seu trabalho. Em 1986, recebeu em Paris o prêmio de “Educação e Paz” pela UNESCO.

Recebeu do governo da República Tcheca em outubro de 1994, a medalha Jan Amós Comenius, medalha esta criada pela República Tcheca e pela UNESCO em conjunto, por ocasião do quarto centenário do nascimento de Comenius e para premiar trabalhos de destaque nas áreas de pesquisas Educacionais e inovações no meio educacional.

Por dezesseis anos vive afastado do país. Viveu no Chile, onde escreveu sua principal obra: *Pedagogia do Oprimido*, na Suíça, nos EUA e em colônias da África. Seu método ficou conhecido como “Método Paulo Freire”. Casou-se duas vezes e teve cinco filhos.

Voltou ao Brasil em 1980, trabalhou como professor da PUCSP, foi Secretário da Educação de São Paulo e consultor da UNESCO. Seu trabalho foi premiado no Brasil e no mundo, recebeu entre outros a medalha Comenius. Conhecer um pouco da vida deste homem que tanto contribuiu para a educação no Brasil nos faz valorizar ainda mais a sua obra, a sua paixão pelo que fazia, a vontade de ajudar aos

outros. Paulo Freire é uma figura a quem devemos conhecer e respeitar.

Concluindo, seu pensamento rompeu a relação cristalizadora de domínio, buscando pensar numa realidade dentro do universo do educando, construindo uma prática educacional democrática e igualitária., considerando a linguagem e a história da coletividade, como elementos essenciais dessa prática.

BIBLIOGRAFIA

Paulo Freire: Biografia disponível em [http:// www.pucsp.br/biografia1.htm](http://www.pucsp.br/biografia1.htm) em 08/09/2003.

EDUCAÇÃO INDÍGENA CONHECER PARA PRESERVAR NÃO PARA TRANSFORMAR

Elias dos Santos Pereira; Marlene Fagnani Carneiro; Laura Mirono; Nilcéia Picâncio Zanatto; Vanda Meiry Morinari Pugin; Vanessa Aparecida de Souza Pereira

Este trabalho é resultado da excursão pedagógica realizado em 04 de Outubro de 2003 na Aldeia Cerrito em Eldorado- MS, que teve como objetivo conhecer e integrar a cultura indígena. Nesse processo observou-se que há uma preocupação e conscientização por parte das políticas públicas e dos próprios líderes indígenas Na elaboração de parâmetros educacionais próprios para atender a especificidade indígena. Foram demonstrados livros didáticos elaborados pelos próprios educadores indígenas, essa preocupação ficou registrada nas diretrizes que a tribo Guarani de Cerritos de Eldorado - MS, nos apresentou.

Os índios deixaram de ser considerados categoria social, em vias de extinção, e passaram a ser respeitados como étnicos diferenciados, com direito a manter sua organização social, costumes, línguas, crenças de tradições.

A Lei assegura a eles o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, devendo o Estado proteger e preservar suas manifestações culturais. Desta forma, fica garantido as comunidades indígenas, o acesso a um escola com características próprias que busca a valorização dos seus costumes e dos conhecimentos vigentes do seu meio não se distanciando de outras culturas.

A decisão de oferecer educação diferenciada e de qualidade para crianças e jovens índios, levando em conta sua cultura e necessidades específicas, pode soar demagógica. E, de fato, para que se concretizem, será preciso batalhar junto às secretarias estaduais, pois as escolas indígenas se situam em suas esferas de responsabilidades. Nossos índios não podem continuar à margem das informações e conhecimentos da civilização. Mas tão pouco se pode negar a eles o direito básico à sua identidade e ao seu próprio processo de desenvolvimento.

Caberá a nova escola, a missão de ensinar e resgatar a cultura e a dignidade dos índios. Muitos grupos indígenas brasileiros mantêm, seus costumes, tradições em forma de vida, embora tenham incorporado novos hábitos. Muitos falam português, usam dinheiro, compram alimentos e objetos industriais, e vendem alguma produção agrícola, extrativa ou

artesanato próprio. Nem por isso deixam de ser índios, com menos direitos. Pelo contrário: São comunidades diferentes do restante da sociedade, com origem histórica, culturais e organização econômica diferenciada. Vale a pena ressaltar que a escola indígena deve sempre levar o aluno a valorizar e conservar sua própria cultura e a manter o uso da sua língua materna nas três modalidades, oral, escrita e literária, enquanto a língua portuguesa está sendo aprendida e desenvolvida. Assim, o aluno e o ambiente escolar serão enriquecidos cultural e lingüisticamente. O objetivo é que o aluno desenvolva sua capacidade bicognitiva para o bilinguismo funcional com a fluência oral e escrita nas duas línguas, em todas as áreas de aprendizagem, assim colocando a língua materna em pé de igualdade com a língua oficial. Com a escola indígena as crianças, os adolescentes e os adultos podem resgatar e recuperar sua cultura e as tradições. Serve para recuperar algum material que ficou desaparecida. A escola indígena trabalha com educação diferenciada de acordo com o entendimento de cada povo envolvido. A escola é um apoio para levar as informações, o entendimento melhor do mundo ocidental às comunidades das aldeias, para que eles saibam se defender, resgatar a cultura e as tradições do domínio não-indígena. A escola trabalha a defesa territorial, o resgate e a preservação cultural. Estuda o meio-ambiente, o ecossistema onde cada povo vive.

A educação escolar deve ser um instrumento de afirmação da cultura indígena e também de preparação dos índios para se relacionarem com a sociedade de fora conforme o interesse de cada povo.

A convivência e a pesquisa mostram que para o índio a educação é um processo global. A cultura indígena é ensinada e aprendida em termos de socialização integrante. Os educadores do índio têm rosto e voz; têm dias e momentos; têm materiais e instrumentos; têm toda uma série de recursos bem definidos para educar a quem vai ser um indivíduo de uma comunidade, com sua personalidade própria e não elemento de uma multidão isto quer dizer que cada sociedade indígena dispõe de seu próprio processo de educação e de transmissão dos seus conhecimentos tradicionais, não necessitando da interferência de terceiros exceto nos casos em que esses processos sejam destruídos e requeiram registros externos para ser, reconstruídos.

O objetivo deste trabalho é reconhecer as formas de educação indígena no Paraná, atendendo a uma das modalidades educacionais que é o resgate e preservação da cultura dos povos indígenas. Conhecer a cultura e a educação da criança Guarani e Kaiwa de Eldorado M/S integrando nossas culturas e respeitando a deles. Concluímos que o cenário brasileiro é marcado pelo neoliberalismo com suas contradições e a globalização é uma realidade constatada. Tais fatos comprometem ou dificultam a desejada autonomia dos povos indígenas; entretanto, a política pública para os indígenas na área da educação vem sendo gradativamente implementada, com indicativos de que o crescente movimento indígena venha atuar no sentido de garanti-la como um avanço em favor de suas lutas próprias, rumo a afirmação da identidade étnico-cultural de cada povo na construção do seu projeto de futuro.

Desde a colonização o processo educativo figura como elemento relevante nas formas de contato dos brancos em relação aos índios. Por parte dos colonizadores, desde os

esforços de catequização dos jesuítas até as políticas de integração, a educação foi sempre usada com o objetivo de impor a cultura. Por parte dos índios, se considerarmos a resistência histórica dos índios e conseguirmos identificar que, mesmo com todas as perdas, eles não sucumbiram completamente ao dominador, somos obrigados a admitir que a comunidade indígena é uma comunidade educativa. Eles são portadores de uma pedagogia própria que garante a transmissão de sua cultura através das gerações; um processo de formação baseado na visão de conjunto da cultura indígena que garantiu e garante até hoje, mesmo considerando os inúmeros problemas, a sua continuidade como povo diferenciado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3º ed., São Paulo Moraes, 1980.

MACEDO, José Rivair. *Brasil Uma História em Construção*. 1º ed, São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

PORTELA, Fernando. *A questão do Índio*. 8º ed., São Paulo, Editora Ática, 1996.

<http://www.anaceu.org.br/anaceu/indigena.htm>

EXCURSÃO A ELDORADO – MATO GROSSO DO SUL VISITA AS ESCOLAS GUARANI- KAIOWÁ CULTURA E ETNIA GUARANI – KAIOWÁ

Agnes Guedes de Livio Naves² ; Loide Aliger C. Farias de Castro²; Sandra Aparecida Machado dos Reis Rossoni¹;
Renata Magalhães Frota Alves²;
Otília Lucí Piccioli Gaspar²

1 Docente da Unipar

2 Acadêmicas da UNIPAR do curso de Pedagogia – Umuarama - PR

INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia de Universidade Paranaense – Umuarama –Sede, tem como prioridade oferecer aos acadêmicos um maior conhecimento empírico das questões abordadas nos conteúdos programáticos de suas disciplinas.

Com base neste objetivo a disciplina de História da Educação no Brasil têm buscado oferecer aos alunos excursões que venham das subsídios empíricos sobre os temas abordados na história de educação.

Descrever a cultura e etnia, Guarani – Kuaiwá termina-se complexa, pois é necessário conhecer toda uma história de um povo que no decorrer dos anos tem lutado para sobreviver, diante de tantas investidas do brancos, que iam invadindo e loteando o seu território, exterminassem sua cultura e

reduziam dramaticamente a sua população.

Os objetivos do presente trabalho é expor um pouco da realidade vista In loco, na aldeia indígena Guarani – Kaiwoá, através de visita pelo grupo de acadêmicos do Curso de Pedagogia do 1.º ano de 2003.

A seguir relatamos o esforço e a luta dos mesmos pela sua sobrevivência social, econômica, cultural e fundamentalmente étnica.

Proporcionar aos acadêmicos de Pedagogia um intercâmbio cultural entre alunos e tribo Guarani – Kaiwoá de Eldorado –MS

Realizar uma troca de presentes destinados às crianças (brinquedo pedagógicos e guloseimas) com os representantes responsáveis pela educação e formação das crianças indígenas.

CULTURA E ETNIA

Podemos dizer que o Guarani – Kaiowá de Eldorado – MS, estão na luta pelo resgate de sua cultura e etnia a começar pelo direito de posse de suas terras. Sabemos que, para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que um simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Como prova real disto é a atual presença dos Guarani – Kaiowá em sua aldeia de Eldorado –MS. Ali naquelas terras eles encontraram um grande tesouro de sua cultura, o cemitério de seus antepassados. Porém nesse achado, há toda uma linguagem cultural, mítico religiosa. Os seus marcos passados estão naquele território e isto o torna sagrado. Essa descoberta é um impulso maior para continuarem lutando pôr seus valores, costumes, língua, arte e história.

Depois, vemos o outro lado dessa luta, realizada pêlos professores indígenas na escola diferenciada produzindo a cultura de seu povo através da alfabetização das crianças, ensinando-as suas danças, crenças, rezas, costumes, idiomas, na preparação de um jovem, que em um determinado tempo assumirá sua posição como cacique (chefe da tribo) e na produção de livros didáticos com receitas, lendas, cantigas próprias etnia. A criança Guarani-Kaiowá estuda na própria aldeia até a 4ª série, usando apenas o seu idioma, aprendendo também um pouco da língua portuguesa. A partir da 5ª série ela pode ir à escola estadual.

Na preparação do jovem, futuro cacique, observamos a sua dedicação, amor a sua cultura, autoridade diante das crianças, que junto com ele apresentaram as danças culturais, batismo do guerra e de proteção contra os inimigos e outros males.

Este trabalho segue um procedimento metodológico de visita (pesquisa em campo) e depois realização de reflexão embasadas em textos acadêmicos e outras referencias bibliográficas, que nos proporcionou a construção deste painel.

Os índios Guarani-Kaiowá tem resistido atentamente a sua extinção. Em meio a avalanche do processo histórico da conquista dos brancos os abalou fortemente, mas não os eliminou podem ser que sua cultura tenha sido desfigurada, mas não sua identidade de etnia permanece. Os Guarani-Kaiowás assim nos ensinaram, que na sua pratica social e política a tradução não é uma coisa do passado, mas é que vai se transformando de geração a geração e que pôr isso tem força e respaldo na transmissão oral e agora através da escola

também, a possibilidades de reconhecimento, pois estão interligados pêlos laços afetivos-emocional, intelectuais e sociais para preservar a sua cultura e sua etnia.

No dia 4 de outubro de 2003, foi realizada a excursão pedagógica com os acadêmicos de pedagogia à aldeia Guarani-Kaiowá – Eldorado – MS.

Foi criado grupos para divisão de tarefas como: (arrecadação de brinquedos pedagógicos, guloseimas pelo líder do grupo). Foi realizado através do grupo contatos com os representantes da FUNAI, a fim de discutir os objetivos da excursão e as ações para a sua execução .

Os acadêmicos sentiram-se orgulhosos da realização deste projeto e se sensibilizaram ao se depararem com as condições precárias de vida dos índios Guarani- Kaiowá.

Ficaram gratificados pela homenagem singela que o cacique e as crianças fizeram no encerramento da visita e prometeram voltar no próximo ano com mais um projeto de integração de culturas e etnias.

LIÇÃO DE VIDA – Essa foi a mensagem deste texto para os acadêmicos participantes.

Coordenação do projeto: Sandra Rossoni; Suemi Elloy Folleto; Maria do Carmo de Oliveira Nogueira.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

MARTINS, Gilson Rodolfo **Breve Painel Étnico Histórico:** de Mato Grosso do Sul. Editora Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS, 2ª Ed. Ampliada e revisada, 2002, p. 41-54.

NOGUEIRA, M. C. de Oliveira (org.) **Educação Indígena – Resgate e avanço .** In: AKROPÓLIS – Revista de Ciências Humanas da Unipar – Universidade Paranaense, v. 8, n.º 01, janeiro / Março, 2000, p.312 - 314

RAMOS, Alcida Rita **Sociedade Indígenas.** Ed. Ática: São Paulo-SP, 1986 (Série Princípios).

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Ana Cristina Matias; Eliane Cunha Thomazini;
Leila Cristina Militão; Luciene Nunes Suda;
Juliana Cíntia Nunes; Márcia Guerrero Longo;
Maria de Lourdes Gimenes Baboni

A declaração de hamburgo foi elaborada no ano de 1997, na cidade de hamburgo, na v conferência sobre educação de adultos cujo objetivo foi reafirmar que o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa, baseada no respeito integral aos direitos humanos, levarão a um desenvolvimento justo e sustentável.

A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro.

A educação de adultos, inserida nesse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século xxi.

É um poderoso argumento em favor do

desenvolvimento ecológico da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. Essa educação pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida, implicando assim repensar o conteúdo que reflita certos, como, idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.

1. A educação de adultos engloba todo processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade.

2. Apesar de o conteúdo referente à educação de adultos e à educação de crianças e adolescentes variar de acordo com os contextos socioeconômico, ambiente e culturais, e também as necessidades das pessoas segundo a sociedade onde vivem, ambas são elementos necessários a uma visão de educação, onde o aprendizado acontece durante a vida inteira.

3. Os objetivos da educação de jovens e adultos, visto como um processo de longo prazo, desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promove a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentem os desafios que se encontra à frente.

4. Esta conferência reconhece a diversidade dos sistemas políticos, econômicos e sociais, bem como as culturas governamentais entre os países-membros.

5. Os representantes de governo e organizações participantes da v conferência internacional sobre educação de adultos decidiram, unanimemente, explorar o potencial e o futuro da educação de adultos, dinamicamente concebida dentro do contexto da educação continuada por toda a vida.

6. As novas demandas da sociedade e as expectativas de crescimento profissional requerem, durante toda a vida do indivíduo, uma constante atualização de seus conhecimentos e de suas habilidades. O estado ainda é o principal veículo para assegurar o direito de educação para todos, particularmente para os grupos menos privilegiados da sociedade, tais como as minorias e os povos indígenas. Governos e parceiros sociais devem tomar as medidas necessárias para garantir o acesso, durante toda a vida dos indivíduos, às oportunidades de educação. Do mesmo modo, é dever do estado garantir aos cidadãos a possibilidade de expressar suas necessidades e suas aspirações em termos educacionais. Todos os ministérios devem estar envolvidos na promoção da educação de adultos.

7. Educação básica para todos significa dar às pessoas, a oportunidade de desenvolver seu potencial coletiva ou

individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade.

8. Apresenta novos desafios às práticas existentes, devido à exigência de um maior relacionamento entre os sistemas formais e os não-formais e de inovação, além de criatividade e flexibilidade. O objetivo principal deve ser a criação de uma sociedade instruída e comprometida com a justiça social e o bem-estar geral.

9. Alfabetização de adultos, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. A alfabetização tem também o papel de promover a participação social, econômica, política e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida. A conferência vê a iniciativa de se proclamar a década da alfabetização, a partir de 1998, em homenagem a paulo freire.

10. O reconhecimento do “direito à educação” e do “direito a aprender” por toda a vida.

11. As mulheres têm o direito às mesmas oportunidades que os homens. A sociedade, por sua vez, depende a sua contribuição em todas as áreas se trabalho e em todos os aspectos da vida cotidiana. Qualquer argumento em favor de restrições ao direito de alfabetização das mulheres deve ser categoricamente rejeitada. Medidas devem ser tomadas para fazer em face de tais argumentações.

12. Um dos principais desafios de nossa época é eliminar a cultura da violência e construir uma cultura da paz, baseada na justiça e na tolerância na qual o diálogo, o respeito mútuo e a negociação substituirão a violência nos lares e comunidades, dentro de nações e entre países.

13. A educação de adultos deve refletir a riqueza da diversidade cultural, bem como respeitar o conhecimento e formas de aprendizagem tradicionais dos povos indígenas. O direito de ser alfabetizado na língua materna deve ser respeitado e implementado. A educação de jovens e adultos enfrenta um grande desafio, que consiste em preservar e documentar o conhecimento oral de grupos étnicos minoritários e de povos indígenas nômades.

14. A saúde é um direito básico. Investimento em educação são investimentos em saúde. A educação continuada pode contribuir significativamente para a promoção da saúde e para a prevenção de doenças. A educação de adultos democratiza a oportunidade de acesso à saúde.

15. A educação voltada para a sustentabilidade ambiental de ser um processo de aprendizagem que deve ser oferecido durante toda a vida e que, ao mesmo tempo, avalia os problemas ecológicos dentro de um contexto socioeconômico, político e cultural. A educação ambiental de adultos pode desempenhar um papel fundamental no que se refere à

mobilização das comunidades e de seus líderes, visando ao desenvolvimento de ação na área ambiental.

16. Povos indígenas e nômades têm o direito de ter acesso a todas as formas e níveis de educação oferecidos pelo estado. Não lhes deve negar o direito de usufruírem sua própria cultura e de seu próprio idioma. Educação para povos indígenas e nômades deve ser cultural e lingüisticamente apropriada a suas necessidades, devendo facilitar o acesso á educação avançada e ao treinamento profissional.

17. A globalização, mudança nos padrões de produção, desemprego crescente e dificuldade de levar uma vida estável exigem politicamente trabalhistas mais efetivas, assim como mais investimento em educação, de modo a permitir que homens e mulheres desenvolvam suas habilidades e possam participar do mercado de trabalho e da geração de renda.

18. O desenvolvimento de novas áreas de informação e comunicação traz consigo riscos de exclusão social para grupos de indivíduos e de empresas que se mostram incapazes de adaptar a essa realidade.

19. Existem hoje mais pessoas idosas que antigamente, e esta proporção continua aumentando. Esses adultos mais velhos têm muitos a oferecer ao desenvolvimento da sociedade. Portanto, é importante que eles tenham a mesma oportunidade de aprender que os mais jovens. Suas habilidades devem ser reconhecidas, respeitadas e utilizadas.

20. Na mesma linha de declaração de salamanca, urge promover a interação e participação das pessoas portadoras de necessidades especiais. Cabe a elas o mesmo direito de oportunidades educacionais, de ter acesso a uma educação que reconheça e responda ás necessidades e objetivos próprios, onde as tecnologias adequadas de aprendizado sejam compatíveis com as especificidades que demandam.

21. Da mesma forma, devemos atuar de modo a garantir o engajamento dos recursos do setor privado e das comunidades locais nesta tarefa. A agenda para o futuro, que nós adotamos aqui, visa á consecução desses objetivos.

22. Dentro do sistema das nações unidas, a unesco tem um papel preponderante no campo da educação. Assim, a unesco deve desempenhar um papel de destaque na promoção da educação de adultos, angariando apoios e mobilizando outros parceiros, particularmente aqueles dentro do sistema das nações unidas.

23. A unesco devera encorajar os estados-membros a adotar políticas e legislações que favoreçam pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como a considerar, em seus programas de educação, a diversidade de cultura, de línguas de gêneros e de situação econômica.

24. Nós solenemente declaramos que todos os setores acompanharão atentamente a implementação desta declaração e da agenda para o futuro, distinguindo claramente as responsabilidades e cooperando com outros parceiros.

CONCLUSÃO

O ministério da educação tem como uma de suas metas prioritárias assegurar a todos os brasileiros e os que não tiveram acesso á escola ou dela excluído precocemente, o ingresso a conclusão do ensino fundamental com qualidade.

Para a oferta da educação de jovens e adultos, modalidade da educação básica, o mec articulou estados, municípios e sociedade civil organizada, está implementando um conjunto de ações para a ampliação da oferta, para recuperação de escola publica e para valorização do professor, tais como: apoio técnico e financeiro aos sistemas de elaboração e distribuição de material didático.

Programa fazendo escola.

Programa de apoio a estados e municípios para educação fundamentalde jovens e adultos, o objetivo deste programa é contribuir para enfrentar o analfabetismo e baixa escolaridade, pobreza do país onde se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental.

O ministério da educação propõe o desenvolvimento de ações conjuntas, em regime de parceria e esferas do poder público, a parceria entre o ministério da educação, os governos estaduais, as prefeituras municipais buscam institucionalizar a educação de jovens e adultos como política pública no sistema de educação.

O atual ministro da educação proclama que quer erradicar o analfabetismo, isto é provável porém muito difícil, devido ás proporções do problema, e o analfabetismo não é uma doença que deve ser combatida, mais sim um problema social, por isso erradicar é uma palavra muito forte, mesmo porque pode existir muitos adultos que não querem ser alfabetizados.

Para informações, o orçamento previsto para execução do programa do combate ao analfabetismo é de R\$ 387.251.000,00.

TRABALHO E CONSUMO

Cristiane Alves da Cruz Cordesco²;
Maria de Fátima da Silva Oliveira²;
Isabel Cristina Rodrigues Orlandini¹;
Maria Neide Rissato²; Roseli Alves Silva²

¹Docente da Universidade Paranaense-UNIPAR;

²Acadêmicas do Curso de Pedagogia UNIPAR

Adolescentes e jovens vivem a expectativa sobre a futura ou presente inserção no mundo do trabalho, assim como os dilemas diante do apelos para o consumo dos produtos valorizados por seu grupo etário.

A desigualdade de acesso ao trabalho, aos bens de consumo e aos serviços significa participar de um cenário de disputas, tanto por trabalho quanto por aquilo que a sociedade produz.

A escola é o terreno do possível e é a partir desse terreno que se dão as transformações. Reforçaria que as transformações podem acontecer – e acontecem – produzidas de dentro para fora pela perspectiva de resistência emancipatória de seus profissionais, pelas iniciativas isoladas

ou mais ou menos coletivas, enfim, por todo e qualquer esforço que diferencia as práticas. As escolas são múltiplas, diversas, únicas, e nelas a pluralidade de práticas e concepções também não as homogeneiza.

O trabalho é um fator de exclusão social e reprodução da pobreza. Aqueles que hoje estão fora da escola porque trabalham terão, com certeza o mesmo destino de 2/3 da população economicamente ativa no Brasil que não chegou a completar o ensino fundamental sendo que destes a maioria não completaram o ensino fundamental.

A falta de uma política de geração de emprego e renda e de uma distribuição mais justa de riquezas certamente são fatores que aceleram a configuração deste quadro. Tal situação deverá agravar-se ainda mais em decorrência da progressiva instalação do fenômeno da globalização, que acentua diferenças entre ricos e pobres, num processo de negação da universalização de culturas e direitos.

A pobreza é o motivo predominante que impulsiona crianças e adolescentes ao trabalho. Neste sentido, é preciso pensar em fontes geradores de renda e emprego ou trabalho para esse contingente populacional despossuído.

Temos que mudar o tipo de ação e indivíduo a ser focado. Que temos que encontrar formas que propiciem condições mais dignas de sobrevivência e renda para os componentes familiares adultos, principalmente os pais.

Assim, são necessárias políticas públicas e não simples programas, que efetivamente garantam melhor distribuição de renda e vida digna a todos.

A formação profissional de adolescente é questão prioritária, posto que o mercado de trabalho do mundo informatizado demanda qualificação de trabalhadores que possam intervir criticamente no processo produtivo, ou atuar nos setores de prestação de serviço e de comércio, os quais demandam maior nível de preparação laboral, e têm-se apresentado como os que vem ofertando maior oportunidade de trabalho.

O trabalho é um espaço de desenvolvimento de potencialidade, de exercícios de inteligência e de produção de saber, de criação de projetos sociais de transformação da organização e das relações de trabalho.

Através da profissionalização os adolescentes podem traçar um novo modelo de laço social que encontre suas amarras na construção da cidadania.

O trabalho pode ser uma condição de liberdade, pois se o homem através de seus esforços consegue se realizar profissionalmente deixando de ser empregado para ser seu próprio patrão; com isso ele consegue sua independência na sociedade.

A partir de certas profissões o homem pode se sentir livre, ao contrário da grande maioria que é obrigada a trabalhar em condições inadequadas à sua humanização.

Assim, quando em uma sociedade o homem livre precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário, estamos diante de situações em que o homem perde a posse daquilo que produz. Com a perda da posse do produto, o homem não mais se pertence, não escolhe horário, o rítmico do trabalho, não escolhe o salário, não projeta o que vai ser feito, pois passa a ser comandado de fora por forças estranhas a ele com a alienação do produto, o homem também se torna alienado, deixando de ser o centro ou a referência de si mesmo.

O trabalho instaura relações sociais, cria modelos de

comportamento, instituições e saberes. Por isso a educação e fundamental para a humaniza

e socialização do homem; podendo ele ser capaz de compreender o mundo que o cerca, mas também de agir sobre ele.

O conceito de cidadania que se quer implementar é o de que estes brasileiros, em razão de sua condição devem ser atendidos, prioritariamente em suas necessidades de consumidores e trabalhadores.

Todo produto consumido por trás dele trabalhadores com habilidades e conhecimentos diferenciados e adequados produzem e controlam a produção. Todos eles trabalham para obter uma remuneração que os permitam viver com dignidade perante a sociedade.

Consumidor é toda pessoa que compra um produto ou paga pela realização de um serviço. Consumir não é só uma relação entre particulares. Ao utilizar água, luz e transporte coletivo, os serviços de saúde ou educação, consome-se um serviço público, pago por todos nos impostos diretos e indiretos. Consumir é ter acesso não só aos bens primários de subsistência, mas também usufruir dos desenvolvimentos tecnológicos, dos bens culturais e simbólicos.

Um direito básico do cidadão é ser livre no mercado de consumo, aos produtos ou serviços que são oferecidos. Problemas derivados do modelo dominante de produção que a sociedade impõe, tais como a pobreza e a desigualdade social, colocam em questão o que produzir, para quem, quais seriam as prioridades, criando por um lado o consumo compulsivo, excessivo e acrítico de determinados bens, independentemente de sua necessidade.

Os cidadãos porém, ainda desconhecem sua força como consumidores, sua condição de sujeito nas relações de consumo, seus direitos e sua capacidade para intervir nessa relações.

Em conseqüência da extrema polarização social, milhões de pessoas estão excluídas aos bens e serviços básicos de consumo. São precisamente esses setores populares os mis indefesos economicamente, com poucas condições de organização política para demandar o acesso aos serviços e bens essenciais.

O nível de rendimento é um componente importante quando se analisa a questão da educação. Os percentuais de analfabetos são maiores em famílias com renda menor. Também há, proporcionalmente, mais analfabetos ou pessoas que não estudaram em um ano na zona rural do que nas cidades, devido, em parte, às distâncias a serem percorridas e, principalmente, à necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar. Mesmo constatando-se uma taxa de escolarização crescente nos últimos anos, com o Brasil alcançando a universalização do ensino fundamental, os índices sobre a situação da escolarização refletem as profundas desigualdades, tanto profissional quando social no país.

São esses problemas que justificam e delineiam nosso propósito: Educar o consumidor, propiciar aos alunos o desenvolvimento de capacidades que lhe permitam critérios de discernimento, atuar de forma crítica, perceber a importância da organização solidariedade e cooperação para fazer valer seus direitos e assumir atitudes responsáveis em relação a si próprio e à sociedade. Com isso é muito grande a discriminação de pessoas com remuneração de até um salário mínimo, os homens sempre ganham mais que as mulheres,

os negros sempre menos que os brancos, e este é um fator que afeta a renda do trabalho no Brasil. A Discriminação de etnia.

A vida cotidiana dos sujeitos, suas experiências nas práticas sociais em que vivenciam respeito, ética, relações de trabalho, realidades culturais diversas; em que experimentam o papel de consumidores, se eleva a potência máxima, glorificando o que se deve comprar (como símbolo de valor) no reino das “desnecessidade” (porque nem sempre aquilo que se é levado a querer, na sociedade capitalista atual, tem qualquer relação com os usos cotidianos e a satisfação

de necessidades mas são artifícios simbólicos produzidos para nos fazerem crer que é impossível viver sem aquilo).

Passa então para a valorização cada vez maior do consumidor como ideal da sociedade capitalista, abandonando a condição humana cidadã e ética que deve reger as relações sociais.

O propósito deste trabalho é possibilitar a compreensão das relações de trabalho e consumo existentes na atualidade, subsidiando a reflexão sobre os projetos de vida dos alunos nos quais se inclui a dimensão profissional, mostrando através de do plano de ação nas escolas as entrevistas e depoimentos realizado com diversos profissionais e consumidores.